

Audição no âmbito da apreciação na especialidade do Orçamento do Estado para 2024

Intervenção da Ministra da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

2 de novembro de 2023

Exmo. Senhor Presidente da Comissão de Orçamento e Finanças

Exmo. Senhor Presidente da Comissão de Educação e Ciência

Exmas. Senhoras Deputadas e Senhores Deputados

É para nós um grato prazer apresentar e discutir convosco, o terceiro Orçamento do Estado desta legislatura. Este é o momento de avaliar o que foi prometido e concretizado, no último ano, mas também um momento para projetar o futuro.

Porque prezamos os compromissos assumidos e trabalhamos para uma política com resultados, tomo também esta oportunidade, para fazer o balanço do percurso da ciência, tecnologia e ensino superior, ao longo do exercício orçamental, que em breve se encerrará.

A 31 de outubro de 2022 apresentamos a V.Exas. uma visão estratégica, sobre onde pretendíamos estar dali a um ano, no final desta legislatura e no final desta década, com base em três grandes princípios: ESTABILIDADE, CONFIANÇA e COMPROMISSO. Hoje é amplamente reconhecido, que essa visão está a dar frutos e apresenta resultados concretos.

Como anunciado na discussão do último Orçamento do Estado, o Governo promoveu uma discussão pública, no sentido de rever e atualizar o sistema de acesso ao ensino superior nas suas múltiplas vertentes. Em 2023, foram de imediato implementadas, diversas alterações daí resultantes, com resultados positivos em diferentes aspetos para os candidatos ao ensino superior, designadamente: a antecipação de todo o calendário de fixação de vagas; a divulgação de resultados e colocações; o alargamento do número de vagas; informação sobre o número de candidatos em 1.^a opção e colocados em cursos prioritários para o país como Medicina e Educação Básica e a duplicação de

estudantes de escalão A de ação social escolar colocados no ensino superior, através de um novo contingente prioritário, destinado a promover a igualdade de oportunidades, especialmente no acesso aos cursos mais competitivos e prestigiados socialmente. No total, cerca de 50 mil estudantes ingressaram no ensino superior público através, do concurso nacional de acesso, aos quais acresceram todos os estudantes que ingressaram no ensino superior mediante os concursos institucionais, locais especiais e regimes especiais de acesso.

Para conferir segurança e estabilidade aos estudantes, que ingressam no ensino superior, foram novamente reforçados os apoios sociais, de modo a garantir a atribuição de mais bolsas de estudo, com valores mais elevados, com mais apoios à deslocação e ao alojamento. Desde 2015, o limiar de acesso a bolsa de estudo aumentou 59%, para estudantes não trabalhadores, 81% para trabalhadores-estudantes e os valores máximos das bolsas de estudo, aumentaram 42% para estudantes de mestrado.

Com as alterações introduzidas, é exetável que possam ser apoiados mais 5000 estudantes. Até ao momento, os dados indicam já um aumento de 30% na verba executada, face ao mesmo momento do ano anterior. Neste sentido, para 2024, propomos o reforço do Fundo de Ação Social e a atribuição de 70 milhões de euros, o maior orçamento de sempre de receitas de impostos, que, associados a 141 milhões de euros de fundos comunitários, irão permitir aumentar a ação social direta.

As alterações introduzidas procuraram, de igual forma, tornar a atribuição de bolsa de forma mais rápida e eficaz e, pela primeira vez, milhares de estudantes receberam a decisão sobre a sua bolsa, no momento da sua colocação no ensino superior, no final do mês de agosto. Decorridos apenas um mês, mais de 32 mil bolseiros receberam bolsa de estudo em setembro, o que representou um aumento de 154% no número de bolsas pagas, face ao mesmo momento do ano anterior.

Este ano, foi também aprovado um reforço significativo do complemento de alojamento para estudantes deslocados do ensino superior, de modo a garantir que os complementos pagos estão de acordo com o preço médio do alojamento privado, praticado nas diferentes cidades do país. Só desde setembro de 2022 este complemento de alojamento foi aumentado 4 vezes, tendo crescido

entre 17% a 63% e aumentando, claramente, acima do que foi a evolução registada nos preços do alojamento privado. Com estes reforços os estudantes bolseiros deslocados, que estejam alojados fora de residência pública passam a receber anualmente até 5020€ de apoio para custear as suas despesas de alojamento.

Em paralelo, prosseguem as empreitadas, no âmbito do Plano Nacional para o Alojamento no Ensino Superior. O PNAES está em movimento e as obras avançam no terreno. 55% dos projetos contratualizados em setembro de 2022 estão já em construção ou prestes a entrar nessa fase. Este ano, foram já concluídas 4 residências e é previsto que até ao final do ano sejam concluídas mais 6 residências, correspondendo todas estas a uma disponibilização de cerca de 1100 camas até ao final do ano.

O esforço prosseguirá, conforme planeado, até 2026, com orçamento reforçado. Na sequência da reprogramação do PRR, o PNAES foi reforçado em 70 milhões de euros, que se destina a apoiar as instituições de ensino superior a fazer face ao aumento dos custos de construção verificados, no último ano, garantindo, assim, as melhores condições financeiras para a concretização dos projetos aprovados.

O orçamento aqui proposto contempla, também, o apoio ao Programa para a Promoção da Saúde Mental no Ensino Superior, tendo por base o conjunto de recomendações do relatório elaborado pelo Grupo de trabalho criado para o efeito, com uma dotação orçamental de 12 milhões de euros.

No último ano, foram investidos cerca de 11 milhões de euros em programas de promoção de sucesso e combate ao abandono no ensino superior, montante que será reforçado em 20 milhões de euros, nos próximos dois anos letivos.

O empenho que o Governo tem colocado no bem-estar dos estudantes e na melhoria das suas condições de acesso e frequência reflete-se no interesse manifesto em prosseguir estudos de ensino superior e, no último ano letivo, foi atingido o valor mais elevado de sempre com 446 028 estudantes inscritos nas universidades e politécnicos. Destes estudantes, foram identificados 3 753 alunos com necessidades específicas, tendo este número mais que duplicado, nos últimos cinco anos. Esse aspeto merece a atenção especial do Governo e, por

isso, será brevemente aprovada legislação enquadradora do acesso e frequência de estudantes com necessidades específicas, na sequência das discussões já em curso com instituições de ensino superior e associações de estudantes.

Também em 2024, será iniciado o processo legislativo tendente à apresentação a este parlamento de uma proposta de alteração do RJIES, na sequência da apresentação das conclusões da comissão independente de avaliação em dezembro deste ano.

O OE 2024 consagra um aumento de 138 milhões de euros, para as Instituições de Ensino Superior (IES), face às dotações iniciais do ano anterior, a distribuir de acordo com um novo modelo de financiamento. O novo modelo introduz um fator de correção dos desequilíbrios decorrentes da não aplicação da fórmula de financiamento, ao longo de 12 anos, e respondeu às preocupações de transparência, de eficiência e de qualidade no ensino superior.

Com o novo modelo, nenhuma instituição de ensino superior vê a sua dotação nominal reduzida e acelera-se a correção nas instituições claramente subfinanciadas face à atividade que desenvolvem. Há também uma opção clara de discriminação positiva das instituições localizadas, em regiões ultraperiféricas e em regiões de baixa pressão demográfica, que são as únicas elegíveis para a celebração de contratos programa de desenvolvimento, estimulando-se assim o financiamento adicional às dotações base resultantes da fórmula de financiamento.

Todo o novo modelo de financiamento enquadra-se, numa visão mais ampla de compromissos entre o Governo e as instituições de ensino superior, que será consagrado num contrato de legislatura para o período 2024-2027 e que garanta um quadro de previsibilidade e de reforço de autonomia patrimonial, financeira e de gestão.

Para além das verbas adicionais atribuídas pelo Orçamento do Estado, as instituições de ensino superior têm também um reforço de 120 milhões na sequência da reprogramação do PRR, destinados a reforçar os programas de formação de jovens e adultos já existentes bem como a implementar o novo programa Impulso Mais Digital, que tem um especial enfoque na modernização tecnológica da formação na Medicina e nas Ciências Agrárias e na inovação pedagógica.

No âmbito da ciência e tecnologia é importante assinalar que a despesa total em I&D atingiu, em 2022, um novo máximo histórico, em Portugal, de 1,73% do PIB (crescendo 15% em relação a 2021), com a despesa privada a representar 65% da despesa nacional em I&D e 1,1% do PIB. Os dados reforçam a tendência de crescimento verificada desde 2015, confirmando o processo de convergência com a Europa. O valor da despesa total em I&D corresponde a um aumento de 85% face a 2015, quando representava cerca 1,24% do PIB.

O crescimento deste investimento será apoiado em 2024 pelo financiamento de diversos programas. Desde logo, serão financiados o ERC-Portugal, um programa de apoio à comunidade científica, nos vários momentos dos processos de candidatura, incluindo um novo eixo de atração e retenção de talentos, e o FCT-Tenure, o primeiro programa de apoio ao recrutamento de doutorados, exclusivamente para posições permanentes em carreiras académicas e científicas. Serão 1 400 novos contratos para posições permanentes, que aumentam a estabilidade profissional dos investigadores e docentes e elevam a atratividade dos horizontes de carreira em Portugal.

A promoção do emprego científico é uma das prioridades deste orçamento. É, por isso, que aprovamos a revisão do estatuto da carreira de investigação científica e do regime de carreira docente e de investigação no ensino superior privado, cujas negociações com as estruturas sindicais e instituições se iniciarão na próxima semana.

Seguindo aquilo a que nos propusemos desde o início estamos a promover sinergias com outras áreas governativas, sendo de destacar os programas: SAÚDE + CIÊNCIA (10 milhões de euros), e DEFESA + CIÊNCIA (8 milhões de euros), tendo por objetivo potenciar mais investigação com as Unidades e laboratórios de Investigação. Estes programas somar-se-ão ao concurso de projetos em todos os domínios científicos, que, pela primeira vez, serão executados na modalidade de custos simplificados, correspondendo a uma menor burocracia e consequente simplificação administrativa.

No âmbito de um reforço do investimento público e privado em I&D, é importante referir que a proposta de Orçamento de Estado para 2024 consagra um aumento em receitas de impostos de 5,1%, cerca de 22,2 milhões de euros, comparativamente à dotação de 2023 da Fundação para a Ciência e Tecnologia

(FCT) e que o investimento será também reforçado pela reprogramação do PRR, no montante total de 93 milhões de euros, para além do apoio a agendas de inovação empresarial.

Mantemos, ainda, o esforço de canalizar financiamento do PT2030, para o sistema nacional de ciência e tecnologia, continuar a atrair fundos europeus competitivos de gestão centralizada (i.e., Programa Horizonte Europa) e reforçar o impacto do sistema de incentivos fiscais às empresas para atividades de I&D, nomeadamente no que diz respeito ao investimento direto.

A participação portuguesa no programa da União Europeia “Horizonte 2020”, é marcada pelo facto de Portugal ultrapassar, pela primeira vez, a meta de mil milhões de euros de financiamento europeu neste programa, com as empresas e instituições nacionais a captarem mais de 1 159 milhões de euros de financiamento em projetos de Investigação & Inovação (I&I), no âmbito do Horizonte 2020 (H2020). **Aliás, nos dois anos de Horizonte Europa Portugal já conseguiu mais de 500 M€ o equivalente a 4 anos no Horizonte 2020.**

Estes números correspondem à transformação mais relevante que assistimos no nosso País: mais qualificações, mais conhecimento, mais inovação. É este o caminho que estamos a prosseguir com determinação e que, por isso, é inegável, a centralidade que o Governo dá ao sistema de ensino e sistema científico em Portugal, **porque queremos, um país com mais e melhor ensino, um país com mais e melhor ciência, um país com mais e melhor futuro.**

Muito obrigado.

Elvira Fortunato

Ministra da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior